

Prova de flexibilidade por parte dos credores

Depois de alguns meses tensos de indefinição, o governo brasileiro chegou nesta semana a um entendimento com o Comitê de Bancos Credores para liberação da parcela de US\$ 600 milhões, que deveria ter ingressado em dezembro, como estava previsto no acordo firmado em setembro do ano passado. Conforme foi amplamente anunciado, tal empréstimo estava condicionado à liberação de um financiamento do Banco Mundial (BIRD) para o setor elétrico, no valor de US\$ 500 milhões, que tudo indica ter sido definitivamente vetado. Os bancos credores também concordaram com a suspensão, neste ano, do programa de "relending" ou reempréstimo de recursos depositados no Banco Central, no valor de US\$ 1,5 bilhão, determinada pelo Plano Verão. Certamente, a decisão dos bancos internacionais de desvincular o seu acordo com o Brasil do aporte de financiamentos do BIRD representa uma demonstração de boa vontade e deve contribuir para um melhor relacionamento entre o governo e a comunidade financeira internacional. Co-

mo se recorda, as autoridades brasileiras estavam tão seguras quanto ao ingresso desses recursos que chegou a incluí-los no cômputo preliminar das reservas. Contudo, o atraso na liberação gerou apreensão e certamente influiu na decisão do governo de passar a centralizar as operações de câmbio a partir da decretação do Plano Verão. A verdade é que os encargos da dívida a pagar no início deste ano são pesados, sendo calculados em US\$ 2,5 bilhões, o que poderia criar dificuldades de caixa para o governo, não fora a existência de um nível relativamente bom de reservas efetivas.

Contudo, dado o peso dos desembolsos previstos para este ano relativos ao serviço da dívida, o não ingresso dos recursos programados pode, certamente, colocar o governo em situação de aperto nos próximos meses. E, entre os recursos em causa, avultam aqueles que devem provir do BIRD e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que chegam a US\$ 5,5 bilhões em 1988.

Isso significa que a desvinculação do dinheiro novo provenien-

te dos bancos credores dos créditos de instituições internacionais representa apenas uma saída de emergência. Mas, na realidade, o Brasil continua precisando dos empréstimos de instituições internacionais. E, além disso, a não entrada dos empréstimos já aprovados faz com que o Brasil incorra em multa, eufemisticamente denominada de comissão, que vai de 0,75 a 1,25% sobre os valores não recebidos.

Em boa hora, o governo resolveu regularizar essa situação. Em despacho nesta semana com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, o presidente José Sarney decidiu que somente os estados, municípios e mesmo empresas ou órgãos federais que disponham de recursos próprios para oferecer como contrapartida aos empréstimos do BIRD e do BID podem habilitar-se a eles. A intenção é cancelar os projetos emperrados para livrar o País do pagamento da multa. Paralelamente, o governo continuará tentando acertar com o BIRD uma forma pela qual o empréstimo de US\$ 500 milhões, que iria para o

setor elétrico, possa ser canalizado para projetos menores.

A medida tem um inegável caráter saneador, mas certamente está destinada a gerar novos problemas. É previsível que estados e municípios em situação financeira precária não tenham meios para oferecer a contrapartida para a obtenção de empréstimos, mesmo limitando-os a projetos que deveriam ser prioritários, como saneamento básico e combate a endemias.

De outra parte, sendo alguns empréstimos cancelados, o País deixa de pagar a comissão por não receber o dinheiro, mas as contas cambiais podem vir a ressentir-se. É possível que, com um robusto saldo da balança comercial em 1989, como fazem crer os resultados de janeiro, a situação possa ser amenizada, mas o Brasil, de acordo com cálculos de economistas, vai precisar de cerca de US\$ 4 bilhões de empréstimos do BIRD e do BID neste ano para fechar as suas contas cambiais. Será preciso, portanto, entendimentos internos e externos para solucionar a questão.